

## CAPÍTULO 9

### ESQUEMA MACROECONÔMICO DO DESENVOLVIMENTO

#### *Aumento de produtividade e diversificação da procura*

À MEDIDA QUE CRESCE A PRODUTIVIDADE, aumenta o fluxo da renda real, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da coletividade. Por outro lado, o aumento concomitante das remunerações provoca, nos utilizadores da renda, reações tendentes a modificar o perfil da procura. Para compreender o desenvolvimento econômico é necessário conhecer, por conseguinte, tanto o processo de aumento da produtividade como o comportamento dos agentes que utilizam a renda, em face da expansão desta.

O aumento da produtividade física do trabalho é, essencialmente, fruto da acumulação de capital, das melhorias técnicas que acompanham essa acumulação e do aperfeiçoamento no fator humano, sendo que este último aspecto pode ser assimilado a uma forma de investimento<sup>(1)</sup>. Entretanto, as relações entre os dois processos — aumento da produtividade do trabalho e acumulação de capital — devem ser observadas detidamente, a fim de que se possam perceber os obstáculos que se antepõem ao desenvolvimento, particularmente em suas primeiras fases.

---

(1) Uma simples inovação técnica pode aumentar a produtividade física do trabalho. A aplicação das reservas de depreciação pode trazer consigo aumento de produtividade. Entretanto, na ausência de inversões líquidas, esses aumentos de produtividade são de significação limitada, conforme se explicará mais adiante.

Quando a produtividade é baixa, a satisfação das necessidades mais imediatas da população absorve elevada parcela da capacidade produtiva. Em economias de produtividade muito baixa se observa, por exemplo, que 80 por cento ou mais da população ativa trabalham para satisfazer as necessidades de subsistência da coletividade. A esse nível de produtividade o excedente disponível para satisfazer formas diferenciadas de consumo ou cobrir inversões é extremamente reduzido ou mesmo nulo. É pouco provável, portanto, que tenha origem, por ação endógena, um processo de acumulação de capital. Além disso, como a renda é desigualmente distribuída, mesmo nas comunidades de produtividade mais baixa existe uma procura de bens não-agrícolas e de serviços por parte de minorias privilegiadas, que absorve a capacidade produtiva não-utilizada para atender às necessidades de subsistência do conjunto da coletividade. Exemplifiquemos com uma comunidade de nível tão baixo de produtividade que 80 por cento de sua capacidade produtiva (aqui confundida com a força de trabalho) sejam absorvidos para atender à subsistência da população. Admitamos, por outro lado, que nessa comunidade 5 por cento da população concentrem em suas mãos 30 por cento do produto social, dos quais metade é absorvida em alimentos, destinando-se a outra metade a formas de consumo ligadas ao *status* social. É fácil demonstrar que os restantes 95 por cento da população deverão dedicar 93% de sua renda para cobrir os gastos de alimentação. Assim, a combinação de um baixo nível de produtividade com certo grau de concentração da renda implica que a quase totalidade da população deve permanecer fora da economia de troca, ou melhor, deve contentar-se em produzir para subsistir. Os maiores obstáculos ao desenvolvimento se apresentam a esses níveis mais baixos de produtividade. Uma comunidade primitiva tende a permanecer estagnada. Na quase totalidade dos casos, o impulso que permitiu romper o círculo da estagnação se originou do contato com outras comunidades.

✶ O desenvolvimento se apresenta sob a forma de introdução de combinações mais produtivas dos fatores de produção. Essas novas combinações exigem quase sempre uma oferta de fatores em proporções distintas das que antes prevaleciam. As alterações nas proporções em que entram os fatores nas novas combinações fazem-se na direção de maiores doses de capital por

unidade de mão-de-obra ou recursos naturais. Contudo, modificações no perfil da procura global podem permitir a introdução de combinações mais produtivas sem prévio aumento da disponibilidade de capital. Em uma economia de baixo nível de produtividade, pelo fato mesmo de que a procura está constituída quase que exclusivamente de bens essenciais à sobrevivência da população, o processo referido somente se torna factível em caso de abertura de linhas de comércio exterior. Surge, então, a possibilidade de utilização dos fatores já disponíveis, de forma economicamente mais eficaz. É o caso clássico a que se referia Adam Smith quando afirmava que a divisão do trabalho estava limitada pelas dimensões do mercado. O aumento de renda assim obtido poderá constituir a margem necessária que permitirá à economia dar início a um processo de acumulação.

Afirmamos que o aumento da produtividade se traduz em aumento do fluxo de renda real. Na verdade, se bem seja muito elevada a correlação positiva entre esses dois processos, convém desde já chamar a atenção para situações em que a expansão da renda pode frustrar-se. Por um lado, convém ter em conta as características específicas da economia industrial de livre-empresa, na qual o processo de crescimento se manifesta de forma cíclica, o que dá lugar à desocupação periódica de fatores de produção. Por outro, cabe mencionar o fato de que o mecanismo dos preços nos mercados internacionais pode anular total ou parcialmente os efeitos sobre a renda do aumento da produtividade do trabalho. Assim, conforme sejam as elasticidades-preço da procura de produtos de exportação e a posição no mercado internacional do país em questão, o aumento da produtividade do trabalho resultante da transferência de recursos para o setor exportador pode ser retido no exterior através de uma deterioração nos termos do intercâmbio.

Ao iniciar-se um processo de desenvolvimento, impulsionado por fatores externos, o aumento no fluxo de renda assume quase exclusivamente a forma de maiores lucros, permitindo acumular fundos para reinvestimentos, o que ocorre quando persiste o estímulo de uma procura externa em expansão. Contudo, excluída a hipótese extrema em que a reorientação da produção para os mercados externos se faça sem qualquer modificação na remuneração da mão-de-obra e em que o aumento do consumo das classes ricas seja totalmente satisfeito com importações, é

de se esperar que o impulso externo ponha em marcha uma série de modificações estruturais. Uma vez que comece a expandir-se dentro da economia a massa de renda disponível para consumo, a procura acrescida e diversificada exercerá pressão em várias direções, condicionando a alocação dos recursos destinados à ampliação da capacidade produtiva. A partir desse momento o mercado interno estará competindo com o externo pelos recursos disponíveis para inversão.

A forma como evolui a procura é, portanto, fator fundamental na orientação das novas inversões. Por seu turno, a forma como evolue a procura em função do crescimento da renda é, em boa parte, determinada por fatores institucionais. Se os aumentos da renda se concentram totalmente em mãos de pequena minoria, o processo de desenvolvimento, iniciado por pressão externa, não criará dentro da economia reações que tendam a intensificá-lo. Este fenômeno se observa em algumas economias subdesenvolvidas onde existe um grande excedente de mão-de-obra e nas quais o estímulo vindo de fora é relativamente débil. Os benefícios resultantes do comércio exterior revertem totalmente em favor de pequenos grupos que buscam no exterior boa parte dos bens que consomem. A este respeito tem importância a natureza do setor externo, isto é, o tipo da economia de exportação que se organiza numa comunidade anteriormente estacionária. Tratando-se de atividade com elevado coeficiente de capital — caso da mineração — o incremento da renda assume a forma de lucros em sua quase totalidade. Neste caso o aumento dos gastos de consumo faz-se em benefício de pequena minoria. As necessidades de consumo dessa minoria tendem a ser satisfeitas mediante importações, o que impede a formação de um mercado interno e a absorção da poupança por inversões ligadas a esse mercado. O caso oposto é proporcionado por uma economia agrícola à base de unidades familiares. O incremento de renda assume, aí, a forma de salários e de remuneração a pequenos proprietários, em sua quase totalidade. A diversificação da procura alcança seu máximo, no sentido de que os gastos totais em consumo crescem com o máximo de rapidez compatível com o aumento da renda global. Em contrapartida, a taxa de poupança será reduzida, o que terá efeito negativo sobre o crescimento. A experiência histórica indica que, neste segundo caso, os obstáculos ao de-

desenvolvimento econômico são de mais fácil superação que no primeiro.

É fato comprovado pela experiência que a procura tende a modificar-se no sentido da diversificação, sempre que se eleva o salário real médio. Inquéritos realizados entre os mais variados grupos sociais confirmam essa tendência à diversificação da procura. Assim, a procura de alimentos cresce sensivelmente nas primeiras fases do desenvolvimento, mas diminui seu ritmo de aumento uma vez atingidos certos níveis de renda real *per capita*. A procura de manufaturas de consumo cresce intensamente quando começa a diminuir o ritmo de crescimento do consumo de alimentos. Os bens duráveis de consumo, por seu lado, têm um comportamento específico.

A diversificação da procura, da mesma forma que o aumento da produtividade, constitui elemento motor do desenvolvimento. Com o aumento da produtividade, cresce o potencial produtivo da economia. Mas, se a procura não se diversificasse, uma vez satisfeitas as necessidades da população, tenderia a ficar ociosa uma parte crescente daquele potencial. Alcançados certos níveis de renda *per capita*, o fruto do desenvolvimento seria a criação de horas suplementares de ócio para a totalidade ou parte da população, ou um crescimento mais que proporcional das inversões improdutivas.

As novas inversões se fazem em grande parte com vista à procura futura. Como essa procura se vai diversificando, o aparelho de produção tende a modificar sua estrutura não somente para fazer face a essa diversificação, mas também porque os processos produtivos se fazem mais indiretos ou "capitalísticos", como diziam os economistas da escola austríaca. Desta forma, a diversificação da procura tende a traduzir-se em uma diferenciação ainda mais complexa da estrutura do sistema de produção. Por mais aberta que seja uma economia, existe sempre uma grande quantidade de bens e serviços que não é possível importar. Explica-se, assim, que mesmo aquelas economias que evoluíram no sentido de uma crescente integração no comércio internacional hajam diversificado progressivamente sua estrutura produtiva.

**A taxa de investimento ( $I/Y$ )  
e a relação produto-capital ( $Y/K$ )**

A taxa de crescimento do produto de um conjunto econômico complexo, como uma economia nacional, pode ser estabelecida a partir de dois indicadores: o da importância relativa das inversões e o da produtividade dessas inversões. Em análise macroeconômica, esses dois indicadores são estabelecidos com base na taxa de inversão ( $I/Y$ ) e na taxa de produtividade média das inversões ( $Y/K$ ).

A segunda dessas relações traduz, em resumidas contas, a quantidade de produto que se obtém em média por unidade de capital invertido. O acervo de capital real existente numa economia está constituído por bens reprodutíveis e não-reprodutíveis. Estes últimos são aqueles que o homem encontra na natureza e incorpora ao processo produtivo. É o caso da terra, das minas, do potencial hidráulico, etc. A quantidade desses bens, dentro de certas qualificações, não pode ser aumentada pelo homem, e sua incorporação ao processo produtivo é um simples ato de ocupação. Essa ocupação constitui inversão real na medida em que exige trabalho e aplicação de capital.

A ocupação de terras novas, por exemplo, representa uma inversão real na medida em que são necessários gastos para colocá-las em condições de serem economicamente utilizadas. As benfeitorias realizadas nas terras constituem, juntamente com os equipamentos de trabalho, o capital reprodutível da agricultura. O mesmo se poderia dizer com respeito a uma mina ou uma usina hidrelétrica.

Considerada a economia em seu conjunto, o capital reprodutível traduz a soma total do trabalho realizado no passado que permite aumentar a produtividade dos fatores primários (trabalho e recursos naturais) no presente. O problema de como medir um estoque de capital heterogêneo, tanto em razão da disparidade no grau de desgaste de seus elementos distintos, como em razão das diferenças de níveis tecnológicos das diversas camadas que o constituem, é certamente um dos mais complexos problemas que se apresentam à análise econômica<sup>(2)</sup>.

---

(2) Para uma apreciação recente da controvérsia em torno da matéria, veja-se G. C. HARCOURT, "Some Cambridge Controversies in the Theory of Capital", em *The Journal of Economic Literature*, junho de 1969.

A quantidade de produto que uma coletividade obtém em certo período de tempo depende, assim, da quantidade de trabalho realizado nesse período e da quantidade de trabalho realizado no passado para beneficiar a geração presente. Em síntese, se se admite como constante a quantidade de trabalho exigido de cada membro da coletividade, o produto por hora de trabalho cresce com a acumulação de capital e o progresso técnico neste incorporado. Não seria fácil estabelecer até que ponto a acumulação está condicionada pelo progresso técnico, sem considerar concretamente uma situação dada. Contudo, se é verdade que a acumulação rapidamente encontraria seus limites sem o progresso técnico, também o é que este último dificilmente pode ser concebido sem a acumulação de capital<sup>(3)</sup>. Tudo se passa como se o progresso técnico, que é condição necessária à acumulação, tendesse a se comportar como função crescente da taxa de crescimento desta última. Em outras palavras: quanto mais intensa a acumulação, mais significativo é o papel do progresso técnico, pois se uma acumulação mais rápida não intensifica necessariamente o fluxo das invenções, aumenta a difusão das inovações, ou seja, o aproveitamento dos novos processos. Como o progresso técnico afeta não apenas as novas inversões, mas também

(3) Numa economia fechada, em que, a dotação de recursos naturais seja dada e inexista introdução de invenções e difusão de inovação, o aumento da dotação de capital por pessoa ativa traria necessariamente — em razão da lei da proporção dos fatores — declínio na produtividade marginal do capital, que tenderia a zero. O problema é idêntico ao que se apresentava aos clássicos, em face dos rendimentos decrescentes na agricultura, quando crescia a população, mantendo-se estável a disponibilidade de terras. Quando se combinam um fator de oferta fixa e outro de oferta móvel, a produtividade marginal do segundo cresce numa primeira fase, mas alcançado certo ponto, tende a decrescer, podendo chegar a ser negativa em certo quadro institucional. Os economistas da escola austríaca, ao dar ênfase aos aumentos de produtividade causados pelo alongamento do processo produtivo, que seria a principal característica da acumulação, passaram por cima do fato essencial de que o referido alongamento incorpora uma inovação técnica. Assim, o homem que deixa de pescar com meios rudimentares para tecer uma rede de pescar, mediante uma acumulação prévia ou simultânea de bens de consumo, pratica a difusão de uma melhora tecnológica. No caso, os dois processos — acumulação e elevação do nível técnico — se integram para aumentar a produtividade do pescador. É fácil compreender, entretanto, que a partir do momento em que todos os pescadores estejam usando a técnica mais avançada conhecida, a acumulação já não poderá prosseguir, a menos que se aumente o número de pescadores, o que introduz nova dimensão ao problema. Aplicando o mesmo raciocínio ao conjunto de uma economia em que a tecnologia mais avançada houvesse sido plenamente difundida em todos os setores produtivos, deduz-se que a acumulação de capital (aumentada da dotação de capital por pessoa ativa) somente poderá prosseguir caso ocorram certas modificações no perfil da procura — as quais exijam transferência de recursos de setores com dotação de capital relativamente baixa para outros com dotação relativamente alta — ou se introduzam inovações técnicas.

uma fração significativa do estoque de capital preexistente na medida em que este se renova pela utilização de fundos de depreciação, seu efeito é bem maior do que se infere da observação do *crescimento* do estoque de capital, isto é, da análise das inversões líquidas. Cabe referir que o simples aumento do estoque de capital, ao abrir o caminho às economias de escala e às economias externas criadas pela diferenciação da estrutura produtiva, transforma-se ele mesmo em significativo fator de aumento de produtividade. Por último, convém referir que uma parcela difícil de precisar mas importante do progresso técnico incorpora-se diretamente ao fator humano. Em síntese: o progresso técnico constitui um processo de múltiplas dimensões que, se bem tenha como base de apoio a acumulação de capital, constitui ele mesmo a principal fonte dos recursos que se acumulam, assim como a razão de ser da continuidade a longo prazo da acumulação.

Não existe uma relação rígida e constante entre, por um lado, estoque de capital e força de trabalho, e, por outro, quantidade de produto por unidade de tempo. Essa relação pode variar amplamente, seja no espaço, seja no tempo. Duas regiões que tenham alcançado o mesmo grau de acumulação de capital a um nível similar de técnica, e onde a população trabalhe com a mesma intensidade, podem apresentar distintos níveis de produção *per capita*. Essa disparidade pode ter duas causas distintas: a primeira seria a utilização intensiva, por uma das regiões, de um recurso natural esgotável, como são as reservas minerais. Não existe nenhuma razão econômica necessária para que uma região não utilize intensamente suas reservas naturais esgotáveis<sup>(4)</sup>. Durante essa utilização poderá alcançar um alto nível de produto por unidade de trabalho e por unidade de capital invertido. O outro caso é o da abundância relativa de recursos naturais não-esgotáveis. Algumas economias são mais bem dotadas que outras de terras aráveis, de água, etc., ou oferecem maiores facilidades para instalação de um sistema de transportes.

---

(4) Pode-se argumentar que a utilização intensiva de recursos esgotáveis é economicamente condenável sempre que sirva principalmente para financiar gastos correntes. Um país ou região que não realiza inversões líquidas pelo menos do montante do valor das reservas esgotáveis utilizadas estará consumindo seu próprio capital. *Mutatis mutandis*, se o fruto da exploração das reservas esgotáveis é utilizado na constituição de outro ativo de valor econômico igual ou maior, a política de utilização intensiva de reservas poderá estar economicamente justificada.



Dessa forma, a renda real *per capita* não indica necessariamente o grau de acumulação de capital já alcançado por uma economia. Dada região pode alcançar um elevado grau de capitalização por pessoa ativa sem que sua renda *per capita* atinja o nível da de outras que acumularam menos capital e utilizam técnicas menos avançadas. É o caso, por exemplo, do Japão e da Argentina. O primeiro desses países tem uma capitalização por pessoa ativa muito maior que o segundo, sem que o diferencial da renda *per capita* seja igualmente elevado. A abundância de terras férteis na Argentina faz que seja muito elevada a produtividade média do capital empregado na economia desse país; por outro lado, a densa população do Japão obriga a utilizar mesmo as terras menos férteis e os recursos naturais mais pobres, reduzindo significativamente a produtividade média do capital. Contudo, na medida em que avança o desenvolvimento econômico de um país, a importância relativa da base de recursos naturais, principalmente de terras, tende a declinar. Em outras palavras, quanto mais se desenvolve o Japão, menor é a significação econômica de sua desvantagem inicial.

Passemos agora das variações no espaço — isto é, de país para país ou de região para região — para as variações no tempo. Dentro de um mesmo país ou região, a quantidade de produto *per capita* pode variar amplamente a curto prazo, sem que tenha havido modificações na quantidade de capital reprodutível incorporado ao processo produtivo. Essas variações dependem principalmente de flutuações no grau de utilização da capacidade produtiva, que refletem insuficiências cíclicas da procura efetiva ou fenômenos de natureza estrutural, como desequilíbrios provocados por insuficiência de oferta em setores básicos. Este segundo aspecto adquire particular relevância no estudo do subdesenvolvimento.

A outra relação que permite determinar a intensidade de crescimento duma economia é a taxa de inversão, isto é, a proporção da renda corrente que se destina a criar nova capacidade produtiva. As estatísticas disponíveis geralmente permitem estabelecer essa relação sob a forma de percentagem das inversões brutas sobre o produto bruto ou das inversões líquidas sobre o produto líquido. Já observamos que, do ponto de vista da difusão do progresso técnico, o conceito realmente significativo é o de inversão bruta. Contudo para fins de análise, consideraremos aqui a segunda forma dessa relação.

A taxa de inversão traduz o esforço que realiza uma coletividade, num período dado de tempo, para acumular capital. Ela define a parte do produto, obtido nesse período de tempo, que a população deixa de consumir para transformar em capacidade produtiva.

O comportamento da taxa de inversão é influenciado por fatores institucionais e de outras ordens que atuam sobre a propensão a consumir ou induzem indivíduos ou grupos sociais a lutar para preservar ou aumentar sua participação na renda futura. Certos aspectos desse problema foram entrevistados por sociólogos, como Max Weber, que se preocuparam com as influências de certas formas do espírito religioso, particularmente o puritanismo, sobre os hábitos dos consumidores nas etapas iniciais do capitalismo, e também por Veblen, grande crítico da economia neoclássica, com quem são inegáveis os pontos de afinidade de Duesenberry, que fez importante contribuição teórica nesta matéria<sup>(5)</sup>.

A análise keynesiana pôs em evidência o fato de que as motivações dos agentes responsáveis pela poupança são distintas das dos agentes que promovem as inversões. Contudo, em um e outro casos, as decisões são tomadas num quadro estrutural, cuja estabilidade é imprescindível para estabelecer a função consumo. Na análise do desenvolvimento, mais que diferenças entre motivações psicológicas dos agentes, adquire relevância o *poder* que podem exercer certos agentes para alterar o comportamento de outros. São as modificações dos parâmetros estruturais, ou seja, o deslocamento de certos agentes da curva que estabelece os padrões do seu comportamento previsível, o que mais interessa ao analista do desenvolvimento. Assinalamos, anteriormente, que o desenvolvimento se apóia na introdução de novas técnicas, na incorporação de novos recursos naturais, na realocação de recursos permitida pela integração em um mercado mais amplo, ou simplesmente na intensificação da capitalização. A última hipótese traduz diretamente uma modificação estrutural (elevação da relação  $I/Y$ ), que pressupõe modificação na função consumo, ou seja, um deslocamento para a direita da curva que estabelece a relação funcional entre os níveis de consumo e os da renda global. As três outras hipó-

---

(5) James S. DUSENBERRY, *Income, Saving and the Theory of Consumer Behavior*, Harvard University Press, 1949. Veja-se particularmente o capítulo III, onde se expõe a teoria do *demonstration effect*.

teses traduzem todas elas modificações na relação  $Y/K$ : a produtividade dos novos investimentos aumenta graças a inovações técnicas<sup>(6)</sup>, à incorporação de recursos naturais de melhor qualidade, ao acesso a mercados mais amplos que permitem economias de escala ou vantagens comparativas. Contudo, se as demais relações estruturais se mantiverem inalteradas, na grande maioria dos casos o incremento de produtividade que vimos de referir será provavelmente de ínfima significação para o conjunto da economia. Assim, se uma ocasional melhoria de produtividade ocorrida em certa indústria tivesse apenas o efeito de reduzir o preço relativo do produto dessa indústria, o efeito para o conjunto da economia seria certamente mínimo, na grande maioria dos casos. Importa assinalar, entretanto, que os agentes que estão em posição estratégica podem apropriar-se, por tempo mais ou menos prolongado, dos benefícios de uma elevação de produtividade, ou melhor, podem modificar certos parâmetros estruturais e interferir no comportamento de outros agentes. É o que ocorre quando a indústria que se beneficia de aumentos de produtividade, graças ao acesso a uma tecnologia de vanguarda, mantém os preços relativos sem alteração, conserva as taxas de salários e transforma em maiores lucros a redução dos custos de produção, ou seja, se beneficia de uma quase-renda. A pequena modificação de  $Y/K$  irá transformar-se em alteração relativamente maior de  $I/Y$ . Ocorre, assim, uma redistribuição dinâmica da renda em benefício de certos grupos. Diremos que os agentes que estão em condições de alterar parâmetros estruturais a fim de condicionar o comportamento de outros e, por esse meio, redistribuir a renda em benefício próprio, exercem um *poder econômico*. A todo momento coexistem em uma economia setores ou atividades em que o poder econômico é exercido, na forma que vimos de indicar, com outros em que ocorre o processo inverso de transferência para o

(6) Os efeitos do progresso técnico na relação produto-capital somente seriam observáveis se  $K$  fosse medido em unidades de tempo de trabalho e  $Y$  em termos de uma certa cesta de bens finais. Por exemplo: dedicando uma proporção constante de sua força de trabalho à produção de bens de capital, a coletividade estaria em condições de obter uma quantidade crescente de bens finais de consumo por unidade de força de trabalho, graças ao progresso técnico. Se se mede  $K$  a preços de mercado, a relação  $Y/K$  somente aumentará se o progresso técnico é mais intenso nas indústrias produtoras de bens de capital do que nas indústrias produtoras de bens de consumo final, ou se melhorarem os termos do intercâmbio de um país cujas importações são essencialmente constituídas de bens de capital e as exportações de bens de consumo e se se mantém o mesmo esforço de formação de capital medido em horas de trabalho.

conjunto do sistema econômico dos frutos de aumentos de produtividade obtidos em fase anterior. Os dados agregativos, referentes ao conjunto do sistema econômico, integram essas tendências divergentes e, em si mesmos, não traduzem nenhum fenômeno real significativo do ponto de vista do desenvolvimento. Este último resulta da ação dos agentes que exercem o poder econômico para apropriar-se dos frutos do aumento de produtividade e da ação de outros fatores que exigem, em fase subsequente, a transferência desses frutos para o conjunto da coletividade. Quando nos referimos a uma posição de *equilíbrio dinâmico* do sistema econômico, na qual as relações estruturais entre as variáveis agregativas são estáveis, estamos ocultando o que é mais significativo para a compreensão do processo de desenvolvimento, ou seja, o fenômeno da difusão do poder econômico e da forma como as estruturas se modificam pela ação dos agentes que exercem esse poder.

### A aceleração do desenvolvimento

Toda vez que a conjunção de fatores favoráveis permite, em certo setor, uma brusca elevação da produtividade das inversões e, no conjunto da economia, um aumento da participação destas últimas no produto, é de esperar que esse efeito se prolongue por vários ciclos produtivos, configurando-se uma aceleração do processo de desenvolvimento. Suponhamos, para tomar um exemplo concreto, que em uma economia que está crescendo com uma taxa de 2,5 por cento anual (idêntica à da população) ocorre a ação conjugada de fatores favoráveis graças aos quais melhora a produtividade das inversões e aumenta o esforço de formação de capital, fixando-se a relação  $Y/K$  em 0,5 e a taxa de inversão líquida  $I/Y$  em 0,1. A partir desse momento a economia em questão estará crescendo com uma taxa de cinco por cento<sup>(7)</sup>. Durante uma primeira fase a relação produto-capital ( $Y/K$ ) terá possivelmente melhorado, o que será particularmente verdade se, na fase anterior, a capacidade produtiva não vinha sendo plenamente utilizada.

(7) Sabendo-se que a produtividade do capital se exprime por um coeficiente de 0,5, isto é, que é necessário inverter dois para ao término do primeiro período produtivo obter um, depreende-se que, se essa economia inverte dez por cento de seu produto líquido, sua taxa anual de crescimento será de cinco por cento.

Excluída esta última hipótese,  $Y/K$  tende a ser estável para o conjunto da economia (se se mede  $K$  a preços de mercado), sempre que o progresso técnico afete igualmente as indústrias produtoras de bens de consumo e as de bens de capital. Por outro lado, uma intensificação do progresso técnico terá efeitos positivos na taxa de lucro e muito possivelmente em  $I/K$ . Assim, pode-se admitir a estabilidade de  $Y/K$ . O mesmo não se pode dizer com respeito à relação  $I/Y$ . Tudo indica que os grupos que exercem poder econômico procurarão aproveitar as condições favoráveis para modificar a distribuição da renda. Se esses grupos logram canalizar a totalidade do incremento da renda para novos investimentos, barrando durante algum tempo a expansão do consumo, a economia conhecerá uma forte aceleração de seu desenvolvimento, conforme demonstra o quadro seguinte:

	PRODUTO LÍQUIDO (Y)	CONSUMO (C)	INVERSÃO (I)	TAXA DE INVERSÃO (I/Y)
1.º ano.....	100,00	90,00	10,00	0,100
2.º ano.....	105,00	92,25	12,75	0,121
3.º ano.....	111,38	94,56	16,82	0,151
4.º ano.....	119,79	96,92	22,87	0,191
5.º ano.....	131,23	99,34	31,89	0,243

Depreende-se do exemplo que o montante das inversões líquidas sobe de 10 para 32, elevando-se a taxa de inversão de 0,1 para 0,24 no quinto período. A essa elevação deve-se que a taxa de crescimento anual do produto passe de 5 para 9,6%. Se se houvesse mantido a relação estrutural inicial  $I/Y$ , ou melhor, se o consumo houvesse crescido com a mesma intensidade que o produto, a taxa de crescimento deste último teria permanecido no nível alcançado desde o primeiro ano, conforme se demonstra no quadro da página seguinte.

O exemplo que vimos de apresentar, de ampla disparidade entre as taxas de crescimento da procura global e do consumo, traduz situação em que o estímulo de crescimento se origina no exterior ou na ação governamental. Assim, em países exportadores de produtos primários, uma situação favorável nos mercados externos que determine melhora nos termos de intercâmbio

bio; engendra forte elevação da taxa de lucros, que podem ser invertidos no setor cujo mercado está em expansão. No caso mais geral em que o crescimento do produto deve ser absorvido pelo próprio mercado interno, todo esforço prolongado para

	PRODUTO LÍQUIDO (Y)	CONSUMO (C)	INVERSÃO (I)	TAXA DE INVERSÃO (I/Y)
1.º ano.....	100,00	90,00	10,00	0,1
2.º ano.....	105,00	94,50	10,50	0,1
3.º ano.....	110,25	99,23	11,02	0,1
4.º ano.....	115,76	104,19	11,57	0,1
5.º ano.....	121,55	109,40	12,15	0,1

e elevar a taxa de inversão tende a se autofrear. Com efeito, se se exclui a hipótese de controle crescente pelo Poder Público das decisões econômicas, essa elevação significa que se prolonga o período médio de produção, crescendo a quantidade de capital utilizado por unidade de bem de consumo final produzido, o que teria de acarretar baixa na rentabilidade dos investimentos.

Existe uma série de razões que respondem pelo fato de que, nas economias de livre-empresa, a taxa de inversão não se eleva espontaneamente acima de certos níveis. Com efeito, a economia de livre-empresa, para crescer, necessita criar seu próprio mercado<sup>(8)</sup>. Os períodos de concentração da renda e elevação da taxa de inversão tendem a ser sucedidos por outros de mais intensa difusão dos frutos do desenvolvimento, a fim de que se mantenham as oportunidades de inversão. Da interdependência entre a tendência à concentração da renda, criada pelos agentes que exercem poder econômico e tomam decisões estratégicas, e a necessidade de manter os mercados em expansão, resulta

(8) Neste ponto reside a diferença fundamental entre uma economia de livre-empresa e uma centralmente planejada. Nesta última a inversão pode crescer, por longos períodos, sem que a estagnação do consumo constitua um empecilho. A inversão de hoje estará ligada a um aumento do consumo em futuro mais ou menos remoto. O estímulo que o inversionista, na economia de livre-empresa, recebe do mercado é substituído por decisões de órgãos centrais que são, em síntese, as diretrizes da política de desenvolvimento. Um mecanismo desse tipo tem que ser acompanhado de um rigoroso ajustamento da renda disponível para consumo à oferta de bens e serviços de consumo.

um teto à proporção do produto que a economia tende a inverter espontaneamente<sup>(9)</sup>. Esse teto, conforme veremos mais adiante, se fixou dentro das condições históricas em que ocorreu o desenvolvimento do capitalismo industrial, no qual a preservação do esquema de distribuição funcional da renda — reflexo da matriz institucional e da estrutura do poder — condicionou a orientação do progresso técnico, ao qual coube estabilizar a participação dos investimentos no produto e na renda<sup>(10)</sup>.

### A dialética invenções — difusão de inovações técnicas

Para uma apresentação esquemática do processo de desenvolvimento, admitiremos que o incremento da produtividade do fator trabalho, no plano macroeconômico, decorre do aumento da dotação de capital por pessoa ativa, e que este último aumento incorpora sempre melhoras tecnológicas, seja mediante a difusão de processos técnicos superiores, que já estão sendo utilizados, seja pela assimilação de autênticas invenções. A elevação da dotação de capital por pessoa ativa é o resultado de *inversões líquidas*, razão pela qual quanto mais rápida a expansão do estoque de capital, tanto mais intensa será a assimilação de técnicas superiores. Entretanto, a reposição do estoque de capital pré-existente também constitui um canal de incorporação de técnicas superiores e a simples expansão do sistema econômico, ao dar acesso a economias de escala e ao engendrar economias externas, constitui um canal adicional de elevação do nível técnico. Além disso, a incorporação de recursos naturais superiores, as vantagens comparativas resultantes de ampliação de mercados ex-

(9) A principal contribuição da análise keynesiana consistiu em demonstrar que esse teto, isto é, o volume dos investimentos, não se estabelece necessariamente a um nível compatível com a absorção da oferta de trabalho. A ação corretiva dos governos neste setor contribuiu decisivamente para a maior estabilidade e o mais rápido desenvolvimento que apresentam as economias capitalistas industrializadas nos três últimos decênios.

(10) A idéia de que as inovações técnicas são em grande parte uma resposta a modificações na distribuição da renda favoráveis aos assalariados foi formulada por MARX (veja-se, por exemplo, a citação da pág. 638 do vol. I de *O Capital*, feita na página 42 deste livro). Retomada por HICKS em *Theory of Wages* (1932), essa idéia tem sido objeto de numerosos trabalhos teóricos recentes. Para uma crítica dessa hipótese, veja-se M. BLAUG, "A Survey of the Theory of Process-innovation", em *Economica*, 1963.

ternos e o aperfeiçoamento do fator humano que resulta diretamente da elevação do nível de vida, podem igualmente ser assimilados a vias de acesso a níveis superiores de tecnologia, porquanto permitem que se intensifique a acumulação sem que decline a produtividade do capital. A incorporação de recursos naturais e a abertura de uma linha de comércio exterior são fatores cujo efeito pode ser assimilado ao de um *único* deslocamento para cima da função de produção, e a melhora dos recursos humanos é fator de ação lenta, cujos efeitos dificilmente poderiam ser isolados em períodos não-prolongados.

O processo de formação de capital, isto é, o aumento da dotação média de capital por pessoa ativa, apresenta-se sempre com duas dimensões. A primeira é a acumulação *strictu sensu*, e a segunda traduz o fator que permite que essa acumulação se realize sem declínio da produtividade do capital. Este segundo fator pode assumir a forma de invenção ou de difusão de técnicas superiores, ou traduzir a incorporação de melhores recursos naturais, a integração em um mercado internacional maior, ou simplesmente uma modificação no perfil da procura interna de bens de consumo. Para efeitos da análise que aqui fazemos, nos limitaremos a considerar duas formas básicas desse segundo fator: a que está ligada à invenção, isto é, ao deslocamento do horizonte de possibilidades técnicas, e a que traduz uma mais ampla utilização das possibilidades técnicas já conhecidas. Em síntese, consideraremos o desenvolvimento a partir da acumulação e admitiremos que esta última assume duas formas gerais: a) acumulação-incorporação de invenções, e b) acumulação-difusão de inovações.

Se a acumulação constitui, inegavelmente, causa necessária do desenvolvimento, seria um equívoco pretender explicar o desenvolvimento pela acumulação, como se esta última fosse um fim em si mesma. A acumulação é, acima de tudo, uma resposta à ação de forças que comandam o sistema econômico em função dos objetivos da vida social. Tais forças variam de uma sociedade a outra e são determinadas pelo nível de vida já alcançado pela coletividade, pelo regime político, pelo sistema de valores prévalente, pelas responsabilidades internacionais que se atribui a coletividade ou seus dirigentes, por formas de dominação externa, etc. Tratando-



se de uma sociedade de economia capitalista, é mais ou menos evidente, entretanto, que dentre os fatores sociais que condicionam diretamente o processo econômico, destaca-se como particularmente relevante o comportamento dos próprios agentes econômicos. Ora, esse comportamento está orientado para a defesa do nível de renda do agente em questão, ou seja, para preservação ou melhora de sua participação na renda social. Assim, entre os assalariados, a forma básica de comportamento se traduz na luta pela defesa do nível absoluto e relativo da taxa de salário. No caso dos empresários ou agentes manipuladores de diversas formas de capital, o mesmo fenômeno se apresenta sob a forma de empenho no sentido de obter para os novos capitais disponíveis uma taxa de remuneração pelo menos idêntica à que estão auferindo os capitais já incorporados ao processo produtivo. O conceito de maximização de lucros, que está no centro da teoria convencional dos preços, refere-se a um aspecto desse problema, mas deixa de lado outro não menos importante: a preocupação do capitalista em evitar que seu coeficiente de liquidez se coloque acima de certo nível crítico. O primeiro objetivo é aplicar os capitais de forma remuneradora e o segundo é evitar o declínio da taxa de remuneração.

Temos, assim, do lado da oferta, duas formas de capitalização: a acumulação-difusão de inovações e a acumulação-invenção, e do lado da procura, duas formas de comportamento que correspondem às reações básicas dos agentes econômicos mais significativos. Admitiremos agora, em uma simplificação adicional, que existem dois tipos de consumidores: o tipo *A*, que deriva sua renda da propriedade ou do controle do sistema econômico, e o tipo *B*, cuja renda se deriva de salários. É evidente que existe, na realidade, um contínuo de tipos de consumidores. Contudo, em certo ponto desse contínuo existe uma modificação qualitativa, pois para uma pequena minoria, que, direta ou indiretamente, enfeixa em suas mãos parcela significativa da renda disponível para consumo, o nível deste não sofre limitação maior do lado do nível da renda, sendo determinado por padrões sociais de comportamento e pela própria capacidade do sistema para oferecer possibilidades de diversificação do consumo pessoal. Os tipos *A* e *B* são simples pontos de referência no referido contínuo, fixando-se o primeiro no segmento em que o con-

sumo, para crescer, depende essencialmente da introdução de novos padrões, e o segundo, no segmento em que ele é essencialmente determinado pelo nível relativo da taxa de salário.

O consumidor tipo *A* possui uma procura altamente diversificada, relativamente ao *B*, razão pela qual a obtenção de uma cesta de consumo tipo *A* requer uma dotação de capital por pessoa ocupada muito superior à que corresponde à produção de uma cesta de tipo *B*. Em outras palavras, entre *A* e *B* existe não apenas uma diferença de nível de gastos de consumo, como também existe uma diferença de *qualidade* do consumo, correspondendo a unidade de gasto, no primeiro caso, a um grau de acumulação e a um nível tecnológico superiores.

Todo aumento da produtividade econômica da força de trabalho — provocado por fatores internos ou externos —, que se traduza em elevação da taxa média de salário, provoca um deslocamento do padrão de consumo de tipo *B* na direção de *A*. A distância entre os dois poderá reduzir-se ou não, dependendo da rapidez com que se esteja deslocando *A*. O que importa assinalar é que se *B* se desloca na direção em que está ou estava *A*, abre-se o canal da acumulação mediante a simples utilização de técnicas que são amplamente conhecidas. Em outras palavras, o desenvolvimento se estará realizando apoiado na acumulação-difusão de inovações. Esse tipo de desenvolvimento engendra uma procura relativamente intensa de mão-de-obra, o que significa que a taxa de salário tenderá a crescer mais que a produtividade, fazendo com que *B* se aproxime ainda mais de *A*. A modificação conseqüente no perfil da procura global de bens de consumo reforça a tendência dos empresários no sentido de preferir a acumulação baseada na difusão das técnicas conhecidas. Se outros fatores não operassem em sentido contrário, tal tendência levaria a uma modificação na distribuição da renda, elevando-se a taxa de salário acima da produtividade do trabalho absorvido nos novos investimentos, o que paralisaria a formação de capital. A fim de defender a taxa de remuneração do capital, a partir do momento em que a taxa de salário alcance certa cota crítica, os empresários se esforçarão em introduzir processos produtivos poupadores do fator trabalho, ou seja, tratarão de elevar a produtividade marginal deste, de forma a restabelecer o equilíbrio com a taxa de salário. Abre-se, assim,

o outro canal do desenvolvimento, baseado na acumulação-incorporação de invenções, o qual coloca a classe empresária-capitalista em posição privilegiada para reter os frutos do incremento de produtividade e, desta forma, aumentar sua participação na renda. Nesta fase, os padrões de consumo de tipo *A* tenderão a aumentar a distância que os separa de *B*, crescendo a dotação de capital por pessoa ativa e ampliando-se o horizonte de possibilidades técnicas, ao mesmo tempo que se diversificam os padrões superiores de consumo.

Contudo, se se intensifica o processo nessa direção, a maior concentração da renda tenderá a se traduzir em aumento relativo da massa de recursos a inverter. Para evitar que se eleve o coeficiente de liquidez e que a taxa de remuneração do capital desça abaixo de certos níveis, os empresários terão que voltar-se para os canais da difusão do progresso técnico, o que reduz a dotação marginal de capital por pessoa ativa, intensifica relativamente a procura de mão-de-obra e reativa o primeiro processo referido.

### **O fenômeno do "poder econômico"**

Em uma economia em expansão, a produtividade do conjunto da força de trabalho está crescendo por definição. É natural, portanto, que a pressão para a elevação da taxa de salário seja permanente. Essa pressão em si mesma constitui um *motor* de desenvolvimento, porquanto modifica o perfil da procura e permite que a acumulação se realize dentro do horizonte de possibilidades técnicas já conhecidas. É este um desenvolvimento essencialmente causado por modificação na composição da procura, similar ao que acompanha a abertura de uma linha de exportação que se traduza em vantagens comparativas, sendo que num e noutro caso o problema deve ser colocado de um ponto de vista dinâmico, ou seja, de alocação de uma massa de recursos em expansão. Contudo, se o aumento de produtividade decorrente de vantagens comparativas externas pode-se realizar sem modificação na distribuição da renda, no caso que estamos considerando, o ponto de partida do desenvolvimento é a modificação na distribuição da renda, a qual tende a se auto-intensificar. A elevação consequente da taxa de salários, relativamente à produtividade

do trabalho, induz à introdução de invenções poupadoras de mão-de-obra. Assim, o esforço da classe empresário-capitalista para preservar sua participação na renda constitui o segundo motor do processo de desenvolvimento. Dentro deste esquema, as aptidões do homem para diversificar continuamente suas necessidades (ainda que o faça por excitação externa) e para inovar no plano tecnológico, são admitidas *a priori*.

Das observações que vimos de fazer depreende-se que a mola do processo de desenvolvimento são padrões de comportamento de agentes econômicos que estão em condições de exercer uma forma de *poder*, isto é, de modificar a conduta previsível de outros agentes, ou de alterar relações estruturais de forma a frustrar as expectativas de outros agentes. No caso dos assalariados, o fundamento do poder, que ocasionalmente exercem no sentido de modificar a distribuição da renda em benefício próprio, está em que, dadas as condições que prevalecem nas sociedades capitalistas, a acumulação de capital tende a ser mais rápida que o crescimento da oferta de mão-de-obra, surgindo uma tendência à escassez relativa deste último fator. Ao exercerem esse poder, os assalariados abrem o caminho aos investimentos baseados na difusão de técnicas já conhecidas. No caso dos empresários capitalistas, o *poder* se funda em que eles estão em condições de introduzir invenções e de orientar o progresso técnico. Por essa forma podem intensificar a capitalização e reduzir, em termos relativos, a procura de mão-de-obra. Dessa situação resulta a formação de um fluxo de quase-renda em benefício daqueles que estão na vanguarda do progresso técnico, que persistirá durante um lapso de tempo maior ou menor, em função da rapidez com que se difunde o progresso técnico. Ora, é no sentido da intensificação dessa difusão que se exerce o *poder* dos grupos assalariados.

É mais ou menos evidente que as duas forças sociais — aqui tomadas como representativas das múltiplas formas de poder que estão na base das decisões que movem um sistema econômico — se estimulam e limitam mutuamente. Também é evidente que elas são distintas em sua natureza, porquanto o regime de propriedade, implícito nas regras do jogo, resulta de um processo histórico em que se cristalizou certo quadro institucional, cuja imagem varia de acordo com o grupo social que o observa. O esquema aqui apresentado pretende descrever o funcionamento do sistema dentro das regras do capita-

lismo, onde um grau elevado de acumulação foi alcançado. Cabe acrescentar que a atuação das referidas forças sociais se exerce dentro de limites estabelecidos pelo próprio sistema. Quais serão esses limites?

Consideremos, em primeiro lugar, a introdução de modificações na distribuição da renda em favor dos assalariados. Suponhamos que a acumulação se faça apenas pela difusão de inovações, isto é, como resposta a modificações no perfil da procura que tenda a aproximar  $B$  de  $A$ . O limite teórico dessa forma de desenvolvimento seria a igualização dos padrões de consumo, situação que não seria compatível com o sistema de incitações inerente ao regime capitalista, porquanto eliminaria as razões que levam à aceitação de riscos. É de admitir que a evolução do capitalismo no sentido da estabilidade da procura global e no do planejamento a longo prazo da atividade empresarial — ligando-se o ato de investimento a uma multiplicidade de atividades e reduzindo-se o coeficiente de risco — leve a uma gradual redução da distância entre  $B$  e  $A$ ; o que possibilita mais rápida difusão do progresso tecnológico, vale dizer, um ritmo mais rápido de desenvolvimento a partir de certa taxa de incorporação de invenções.

Vejam agora o outro lado do problema: que possibilidade existe de que seja freada a elevação da taxa de salário mediante a acumulação baseada em invenções. Neste caso, a produtividade marginal do trabalho estará aumentando; contudo, como a procura de mão-de-obra ter-se-á debilitado, os aumentos de produtividade reverterão em benefício dos empresários-capitalistas. Em tais condições é de esperar que a participação do consumo no gasto total decline. Excluída a hipótese pouco provável de que o consumo dos capitalistas cresça com suficiente rapidez para compensar o declínio relativo do consumo dos assalariados, o aumento da taxa de poupança-inversão acarretaria uma aceleração da formação de capital, criando um diferencial crescente entre as taxas de crescimento do consumo e da poupança. Tal situação provocaria necessariamente insuficiência de procura efetiva e redução na taxa de lucro, pois mais e mais equipamentos teriam que ser utilizados para produzir outros equipamentos. A outra hipótese seria de crescimento mais que proporcional do consumo da classe capitalista, afastando-se progressivamente com respeito a  $B$ . Neste caso, o progresso técnico ter-se-

ia que orientar mais para a introdução de novos produtos e para obter a diversificação em ritmo ainda mais intenso do consumo das altas classes. A experiência indica que em tais condições uma parcela crescente dos gastos dos consumidores tenderá a se orientar para a procura de serviços pessoais, o que viria a anular parcialmente os efeitos da orientação do progresso técnico no sentido de poupar mão-de-obra, que se postulou de início. Em síntese, tanto a necessidade de intensificar a introdução de novos produtos como a elevação da procura relativa de serviços pessoais tenderiam a desviar o processo de desenvolvimento de seu canal estreito da acumulação-invenção poupadora de mão-de-obra.

Entre os dois limites — um estabelecido pela igualização dos padrões de consumo e outro pelo declínio da taxa de lucro — existe ampla faixa na qual o desenvolvimento encontra seu caminho. A rapidez desse desenvolvimento será, em última análise, determinada pela intensidade com que se difunde o progresso técnico e com que se introduzem invenções, dados o crescimento demográfico e uma constelação de recursos. As condições sociais que permitem a uma parcela crescente da população lutar para ter acesso aos frutos dos aumentos de produtividade e que estimulam a inventividade, estão na base da intensidade com que se difunde o progresso técnico e com que se amplia seu horizonte<sup>(11)</sup>.

---

(11) Para um ensaio de formalização das hipóteses aqui sugeridas do processo de interação do perfil da procura e dos investimentos, veja-se Celso FURTADO e Alfredo de SOUSA, "Los perfiles de la demanda y la inversión", *El Trimestre Económico*, julho-setembro, 1970.